



Ensino artístico especializado - Contrato de Patrocínio

Julho de 2025

Rede do ensino artístico especializado

O ensino artístico especializado é assegurado em Portugal por uma rede de conservatórios articulares e cooperativos. 7 conservatórios públicos e 120 privados. Esta rede é financiada, há mais de 40 anos, por um instrumento denominado “contrato de patrocínio”.

Até 2015, a celebração dos contratos de patrocínio resultava de uma negociação direta entre os operadores e as Direções Regionais de Educação. A questão principal era a entrada na “rede”; uma vez aceite, o estabelecimento de ensino podia razoavelmente esperar ter o mesmo número de alunos, ou mais, nos anos seguintes.

A partir de 2015, foi criado um mecanismo concursal para celebração dos contratos (Portaria 224-A/2015). Desde então, todos os concursos têm sido objeto de contestação. Mais recentemente, tem crescido a insatisfação de operadores que não têm contrato de patrocínio, mas pretendem tê-lo. Em alguns concursos, houve entrada de novos operadores. Os critérios para tanto são desconhecidos e nos último tal foi impedido.

O procedimento de concurso do contrato de patrocínio foi desenhado sem o legislador ter consciência do que é e como funciona o ensino artístico especializado em Portugal. Nem o legislador original nem os sucessivos.

O contrato de patrocínio tem de ser baseado numa rede estável de estabelecimentos. À semelhança do que sucede nos contratos de associação ou no ensino profissional, em que há uma rede estável, os operadores não podem ficar sempre na incerteza de quantos alunos irão poderão admitir. Paralelamente, o aumento da oferta tem de decorrer com previsibilidade, transparência e com equilíbrio geográfico.

Consequentemente, a AEEP tem vindo a propor: (i) a revisão do modelo concursal, havendo um concurso de acesso à rede e, uma vez admitido à rede com determinada lotação em contrato, o estabelecimento de ensino possa receber esse número de alunos, enquanto cumprir as regras de funcionamento, durante um período longo de tempo, (ii) o alargamento da rede deve existir mas deve ser baseado em critérios razoáveis e transparentes (% oferta EAE na população escolar da zona), (iii) a expansão da rede seja precedida da atualização real do valor/aluno (o contrário agrava a já precária situação financeira de todas as instituições).



Valor/aluno/modalidade

Até 2008, o valor do contrato de patrocínio era definido segundo uma fórmula: custo dos vencimentos dos docentes e respetivos encargos + vencimento de um diretor + percentagem (entre 35% e 50%) para todos os outros custos. Em 2008, o Governo fixou um valor/aluno/ano determinado em função do nível e modalidade de frequência e com três escalões em função da maior habilitação dos docentes. Em 2015, o Governo criou um regime novo, estabelecendo um mecanismo concursal e estabelecendo uma tabela única de valores (Anexo I da P 224-A/2015), que se mantêm até hoje.

A evolução é como segue:

		2009 (*)	2015	Proposta AEEP 2025
Música Valores	Iniciações	550,00 €	350,00 €	422,00€
	Básico articulado	3 500,00 €	2 600,00 €	3.135,00€
	Básico supletivo	1 750,00 €	1 200,00 €	1447,00€
	Básico integrado	6 440,00 €	5 400,00 €	6.510,00€
	Secundário articulado	6 156,00 €	5 440,00 €	6.558,00€
	Secundário supletivo	1 950,00 €	1 700,00 €	2.050,00€
Dança Valores	Iniciações	(**)	350,00 €	422,00€
	Básico articulado	(**)	2 300,00 €	2.773,00€
	Básico integrado	(**)	4 800,00 €	5.787,00€
	Secundário articulado	(**)	4 800,00 €	5.787,00€
Artes visuais e audiovisuais		(**)	3 000,00 €	3.617,00€
Curso básico teatro em regime articulado		-	-	880,00€

(*) escalão mais elevado

(**) custo docentes + percentagem

Como se pode verificar, em 2015 houve um corte médio de 22% na música! (na dança e audiovisuais terá sido superior).

Consequentemente, a AEEP propõe a **atualização** do valor/turma/ano considerando uma percentagem não inferior à variação do índice de preços no consumidor entre 2015 e 2024, o que implica um aumento do valor de **20,56%** (INE, IPC, atualização de valores).

Concluindo, assiste toda a razão aos signatários e, se esta injustiça não for corrigida, o ensino artístico especializado está em risco de desaparecer em Portugal.